



PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS
PARTES INTERESSADAS
PROGRAMA DE MANUTENÇÃO
PROATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO - PROATIVA-ES
VERSÃO PRÉ-CONSULTA PÚBLICA



EQUIPE

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Álvaro Rogério Duboc Fajardo
Lilian Siqueira da Costa Schmidt
José Felz Ferreira

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E RODOVIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Neomar A. Pezzin Junior
Lucélia Fehlberg Pereira Bueno
Denise de Souza Gotardo Schneider
Henrique Zanchetta e Gava

Sumário

1.INTRODUÇÃO PROATIVA-ES.....	7
1.1.HISTÓRICO E A FASE DO PROGRAMA.....	7
1.2.OBJETIVOS.....	8
1.2.1. OBJETIVO GERAL.....	8
1.2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
1.3. COMPONENTES.....	9
1.4.PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS.....	12
2.IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS.....	13
2.1. CONCEITO.....	13
2.2.METODOLOGIA.....	14
2.3.PARTES INTERESSADAS.....	15
2.4.INDIVÍDUOS E GRUPOS DESFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS.....	17
3.ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO.....	18
3.1.ANTECEDENTES DO ENVOLVIMENTO.....	29
3.2.CONSULTA PÚBLICA.....	30
3.3.DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA.....	31
3.4.DEVOLUTIVAS.....	31
4.ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO.....	32
4.1.PRINCÍPIOS.....	32
4.2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	33
4.3. AÇÕES DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	41
4.4. ATIVIDADES DE ENGAJAMENTO DURANTE A PREPARAÇÃO.....	43
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES.....	46
5.1. RECURSOS.....	46
5.2. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO.....	46
5.2.1. DER-ES.....	46
5.2.2. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO (SEDES).....	47
5.2.3. CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS.....	47

5.2.4. SUPERVISÃO TÉCNICA E SÓCIO AMBIENTAL DE OBRAS E SERVIÇOS.....	49
5.3. CUSTOS.....	49
6.MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES	52
6.1.PUBLICIZAÇÃO	53
6.2.DESCRICÃO DO MECANISMO DE ATENDIMENTO.....	53
6.2.2.PRAZO DE RESPOSTA	56
6.3.GRUPOS VULNERÁVEIS.....	56
7.MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS	57
7.1.MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	57
7.2.PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS.....	57
7.3.INDICADORES.....	58
7.4.RELATÓRIOS.....	58
7.4.1.APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO ÀS PARTES INTERESSADAS	58

SIGLAS

BANCO	Banco Mundial - BIRD
BIRD	International Bank for Reconstruction and Development — World Bank (Banco Mundial)
CC	Carta Consulta
CONSULTOR	Consultor contratado para prestação dos Serviços
DBM	“Design, built and maintenance”
DER-ES	Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo
ESTADO	Estado do Espírito Santo
GEARD	Gerência de Desapropriação do DER-ES
GEDES	Gerencia de Desenvolvimento Sustentável e Segurança do Trabalho do DER-ES
IDAF	Instituto de Defesa Agroflorestal do estado do Espírito Santo
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRAP	International Road Assessment Programme
MGAS	Marco de Gestão Socioambiental
MOP	Manual Operacional do Programa
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Plano de Aquisições do Programa
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PPA	Plano Plurianual Estadual 2020-2023
PPP	Parcerias Público Privadas
POA	Plano Operativo Anual do Programa
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo
UGP	Unidade Gestora do Programa

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Engajamento das Partes Interessadas do Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo - PROATIVA-ES

O documento foi elaborado com base nas informações compartilhadas pela equipe do Programa, Banco Mundial e com base em dados secundários sobre a realidade onde serão implantadas as atividades. O Programa segue o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial e as Normas que este estabelece.

O Plano será levado à Consulta Pública para coleta de contribuições das partes interessadas. As contribuições serão analisadas e integradas neste documento e no projeto, quando pertinente. As partes receberão resposta aos questionamentos. Depois de adequado, o plano será finalizado e publicado.

1.INTRODUÇÃO PROATIVA-ES

O Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo, tem por objetivo principal melhorar as condições de fluidez, segurança viária e aumentar a resiliência climática da malha rodoviária estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo tem um histórico de parceria com o Banco Mundial em iniciativas de desenvolvimento sustentável desde a década de 1990, com operações em abastecimento de água e saneamento (WSS), relacionadas a eficiência e aumento de cobertura, gestão da poluição costeira, biodiversidade e conservação e restauração de bacias hidrográficas. Os Programas de Gestão Integrada das Águas e Paisagem 1 e 2, em andamento e financiados pelo Banco, mantiveram investimentos em saneamento e trouxeram também assistência técnica avançada no planejamento de recursos hídricos, melhoria da qualidade da água e gestão de bacias hidrográficas, bem como no fortalecimento da capacidade do sistema de defesa civil para gerenciar risco e resposta a desastres.

Agora, o Estado busca viabilizar um novo Programa, com atividades voltadas para recuperação e manutenção pró ativa de cerca de 10% do total da malha viária do Espírito Santo por período entre 8 a 10 anos, gerando melhorias, principalmente, nos aspectos relacionados à conservação rodoviária, tornando essas rodovias mais resilientes à ocorrência de eventos climáticos extremos

1.1.HISTÓRICO E A FASE DO PROGRAMA

O Programa que apresentamos é parte integrante da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelecida pela ONU. As ações a serem desenvolvidas têm como objetivo central contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, com destaque para as metas relacionadas aos seguintes objetivos:

Objetivo 3: Saúde e Bem-estar

Objetivo 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

Objetivo 13: Ação contra a Mudança Global do Clima.

Este Programa está em consonância com o planejamento estratégico do estado, alinhado ao Plano de Desenvolvimento ES 2030, que traça diretrizes de longo prazo para o Espírito Santo, estabelecendo prioridades, estratégias, metas e as rotas a serem seguidas por setores público, privado e sociedade civil. As informações detalhadas sobre esse plano estão disponíveis em <https://planejamento.es.gov.br/>.

As principais propostas que fundamentam o PROATIVA-ES estão incluídas no Mapa Estratégico ES 2030, especificamente nas áreas de Infraestrutura, Logística e Comunicação, e englobam:

A concepção, estruturação e implantação de um novo modelo de gestão para a manutenção e operação das rodovias, baseado em critérios de desempenho.

A interligação dos eixos de acesso aos polos industriais, destinos turísticos e portos, incluindo a criação de contornos urbanos.

Os recursos financeiros necessários para a execução deste Programa estão previstos no Plano Plurianual Estadual 2020-2023, no âmbito do Programa 5473, que se dedica à Reabilitação e Adequação das Rodovias Estaduais. O PPA completo pode ser acessado em <https://planejamento.es.gov.br>.

1.2.OBJETIVOS

1.2.1. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo é melhorar as condições de fluidez, segurança viária e resiliência climática da malha rodoviária estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo.

1.2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✦ Recuperar e manter em condições adequadas a malha rodoviária objeto do Programa, por meio de contratações de recuperação e manutenção de rodovias para períodos entre 08 e 10 anos, remunerando os contratados de forma "uniforme", "regular" e "contínua", em contratos do tipo Desenho, Construção e Manutenção (DBM) por preço global;
- ✦ Realizar a modelagem e a estruturação de Parcerias Público Privadas (PPP) ou Concessões patrocinadas ou administrativas com duração de até 25 anos, aumentando a eficiência na gestão da infraestrutura rodoviária, incrementando a participação da iniciativa privada;

- ✦ Tornar as rodovias objeto do programa mais resilientes a ocorrência de eventos climáticos extremos, assegurando recursos financeiros para a constante manutenção dos sistemas de drenagem, recuperação de taludes e outras medidas que contribuam para a prevenção de efeitos negativos como alagamentos e erosões;
- ✦ Implantar contornos rodoviários urbanos para reduzir o tráfego de passagem pelas cidades contempladas pelo Programa, com consequente melhoria das condições de fluidez e segurança viária;
- ✦ Tornar as rodovias objeto de recuperação mais seguras, introduzindo nos Projetos de recuperação e de manutenção conceitos de segurança viária para redução de acidentes, com aplicação da metodologia do iRAP, que permite classificar as rodovias de acordo com o grau de segurança aos usuários;

1.3. COMPONENTES

Componente 1. Componente 1 – Obras e Recuperação Rodoviária segura e resiliente. Essa componente engloba os principais produtos do Programa relativo as obras de Recuperação e Manutenção Rodoviária por Desempenho de segmentos selecionados da malha pavimentada do Estado. Além das atividades acessórias com a supervisão de obras.

Subcomponente 1.1. Manutenção proativa CREMA-DBM: Contratos de gestão segura e resiliente de estradas estaduais baseados no desempenho a longo prazo. Este subcomponente consistirá na implementação de contratos de desempenho a longo prazo (PBCs) para 250 km de estradas estaduais – divididos em três lotes prioritários; e com alguns lotes mais a ser licitados adicionalmente em caso de recursos adicionais. Os contratos serão no modelo DBM – incluindo o projeto executivo da solução, a recuperação da rodovia, obras de melhorias de segurança viária e resiliência climática e a manutenção ao longo do resto do contrato – de 10 anos, pelo quais o contratado será responsável. As estradas selecionadas estão fornecidas na tabela e mostradas nos mapas no anexo 4. A melhoria da segurança viária focará nos assentamentos urbanos atravessados por estradas, com projetos que consideram gênero e acessibilidade universal. Ao longo dos 250 km de estradas selecionadas, estima-se 50 melhorias pontuais: 25 para segurança e 25 para resiliência climática. Os recursos destinados contabilizam os valores de obras e melhorias efetuadas pelas empresas contratadas antes de receber os pagamentos por parte do Estado, como um financiamento das empreiteiras ao Estado que

depois pagará em função de ter as rodovias em boa condição. As empresas deverão contar com planos de gestão e resposta climática e focar na melhora dos pontos críticos de segurança viária – incluindo travessias.

Subcomponente 1.2. CREMA-PPP: Estruturação e pagamentos ao contratado mediante a realização de PBC em CREMAs seguras e resilientes a longo prazo (mais de 20 anos) utilizando a regulamentação PPP para estradas estaduais selecionadas. A ou as PPPs que serão implementados deverão ser estruturados durante os primeiros anos de implementação do projeto com recursos de contrapartida. A estruturação do PPP seguirá o modelo BA-052, e os pagamentos à concessionária serão contabilizados como financiamento contrapartida durante os anos de implementação do Projeto. O capital privado da concessionária será contabilizado no custo para realizar as atividades de reabilitação e melhoria para os 150 km estimados, que serão implementados com contratos de PPP de 20 ou 25 anos.

Componente 2. Fortalecimento Institucional - Reforço institucional da Secretaria de Estado das Infraestruturas e Departamento de Estradas e assistência técnica. Estão incluídas nesse componente as melhorias e crescimento da eficiência da Autarquia Executora e do Estado. Ainda, serão contratados serviços de apoio a elaboração de todos os estudos necessários a análise da viabilidade e de estruturação da PPP ou concessão pretendida. O modelo proposto está baseado na experiência bem-sucedida do Estado da Bahia em programa de PPP estruturada em conjunto ao mesmo organismo financiador.

Componente 3. Implementação de infraestrutura de transporte em rodovias estaduais

Subcomponente 3.1. Contornos em corredores logísticos estaduais. Inclui o anteprojeto de contornos em quatro grandes assentamentos urbanos na "Região das Três Santas": Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Santa Leopoldina e Domingos Martins, focando em mitigar impactos ambientais e sociais, destacando a necessidade de reduzir a afetação de impactos na Mata Atlântica. Inclui também a construção de dois contornos a princípio (Santa Teresa e Santa Leopoldina) em áreas com alto risco de inundações e erosão/deslizamento de terras. As técnicas de construção serão ambientalmente sustentáveis.

Subcomponente 3.2. Melhorias na segurança viária em trechos urbanizados. Os recursos do Subcomponente serão destinados a municípios selecionados – Santa Teresa e Santa Leopoldina, no mínimo, para efetuar as obras de reurbanização com foco em acessibilidade universal e segurança viária sob supervisão técnica do DER-ES, a fim de desenvolver infraestrutura para pedestres e ciclistas, melhorar a

drenagem e renovar 10 km de vias urbanas seguindo os conceitos enviados pela equipe do Banco Mundial. Inclui medidas de resiliência climática.

Componente 4. Gestão do Projeto - Este componente apoiará a gestão e a coordenação do projeto.

1.4.PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

O Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) do Projeto é estruturado nos seguintes eixos:

- ✦ Transparência e divulgação de informações relevantes às partes interessadas;
- ✦ Participação social através de canais acessíveis de interlocução com as partes interessadas e com a população em geral;
- ✦ Incorporação crítica das manifestações das partes interessadas sobre a execução das atividades;
- ✦ Especial atenção aos indivíduos e grupos vulneráveis, em particular na disseminação de informação e consulta com esses grupos e indivíduos;
- ✦ Resposta e resolução de queixas de forma tempestiva e eficiente;

2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

O processo de identificação das partes interessadas é uma etapa essencial para que se possibilite seu efetivo engajamento e deve ser executado de forma contínua. Este documento sintetiza os resultados dessa identificação e demonstra como o processo está sendo continuamente executado ao longo do projeto.

2.1. CONCEITO

As partes interessadas do projeto são definidas como indivíduos, grupos ou organizações que:

- ✦ são ou podem ser impactados direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelo projeto – ‘partes afetadas’; e
- ✦ podem ter interesse no projeto, cujos interesses podem ser afetados pelo projeto e/ou têm o potencial de influenciar os desfechos do projeto de alguma forma – ‘partes interessadas’.

As partes interessadas podem ser divididas nas seguintes categorias principais, entre pessoas e organizações que:

- ✦ Participam na implementação e coordenação do projeto (P);
- ✦ Influenciam diretamente a implementação do projeto (ID);
- ✦ Influenciam indiretamente a implementação do projeto (II);
- ✦ Diretamente afetados pelos resultados do projeto (DA);
- ✦ Indiretamente afetados pelos resultados do projeto (IA).

A identificação dos **representantes** de pessoas ou grupos é importante para o processo de comunicação e tomada de decisão com as partes interessadas. Representantes **legítimos** podem ser entendidos como indivíduos que foram incumbidos por outras pessoas para realizar a comunicação e defender seus interesses em instâncias específicas. De forma geral, na relação com o projeto, os representantes têm o papel de:

- ✦ Apoiar na comunicação de mão dupla entre as partes interessadas e o projeto;
- ✦ Facilitar o processo de deliberação e tomada de decisão;
- ✦ Fornecer informações úteis sobre as configurações locais para melhor adequação do projeto;
- ✦ Atuar como elo de cooperação para execução do projeto, dentre outros;

A identificação de representantes legítimos é essencial para que não exista problemas de falta de confiabilidade, adesão e adequação dos processos por eles mediados. Ao longo da execução das etapas do Programa PROATIVA-ES, a legitimidade dos representantes deverá ser verificada por meio de entrevistas e conversas informais com uma amostra aleatória das partes interessadas e seus grupos. Essa investigação considerará se os referidos representantes de fato foram escolhidos pelos representados e em que medida esse processo de escolha foi democrático e inclusivo, ou seja, que permitiu a manifestação e representação dos diversos perfis e grupos.

2.2.METODOLOGIA

A identificação das partes interessadas do Programa acontece em dois processos.

Inicialmente, está sendo feita uma identificação para composição do PEPI, aqui apresentado, com base nas informações fornecidas pela equipe técnica dos subcomponentes do Programa, nos estudos que embasaram o desenho das atividades e dados secundários sobre as regiões que serão atendidas. Essa identificação poderá ser aprimorada a partir das informações coletadas na consulta pública do PEPI, detalhada neste documento em seção específica.

Em seguida, durante a execução do Programa a identificação de partes interessadas será tratada como um processo contínuo. As equipes de execução, parceiros e o mecanismo de queixas e reclamações serão fontes para uma constante retroalimentação da identificação de partes interessadas. Caso ocorra a identificação de nova parte interessada, será feita sua inclusão no PEPI e serão desenhadas atividades de envolvimento e comunicação específicas e adequadas a sua realidade.

2.3.PARTES INTERESSADAS

Quadro 1. Partes Interessadas identificadas previamente no projeto.

PARTE INTERESSADA	ATUAÇÃO NO PROJETO	INTERESSE E INFLUÊNCIA	EFEITO DO PROJETO NA PARTE INTERESSADA
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente, os que moram nos municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa-ES.	Beneficiários do Componente 1	DA/IA	Melhoria nas condições de manutenção da via, proporcionando melhor fluidez e segurança viária para os usuários
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente, os que moram próximos da áreas que serão atendidas.	Beneficiários das ações do Subcomponente 2.1	DA/IA	Incremento na eficiência de gestão da infraestrutura rodoviária aumentando a participação da iniciativa privada.
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente, os que moram nos municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa-ES.	Beneficiários do Subcomponente 1.2	DA/IA	Tornar a rodovia mais resiliente contra eventos extremos a partir da manutenção dos sistemas de drenagem e recuperação de taludes, impedindo processos erosivos e trazendo benefícios contra alagamentos e erosões.
População do municípios contemplados com a implantação dos contornos rodoviários	Beneficiários do Subcomponente 1.4	DA/IA	Redução do tráfego de passagens pelo interior das cidades contempladas com o projeto gerando uma consequente melhoria das condições de fluidez e segurança viária
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente, os que moram próximos da áreas que serão atendidas.	Parte interessada das ações do componente 3	DA/IA	Utilização da metodologia IRAP - Introdução dos conceitos de segurança viária para redução de acidentes nos projetos de recuperação e manutenção das rodovias
Proprietários que terão seus terrenos desapropriados para implantação dos contornos	População diretamente afetada pela implantação dos contornos rodoviários	DA	Receber as ações do Plano de Remoção, tais como as medidas de remoção indenizatórias e de assistência
Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgão Executor e do Programa PROATIVA-ES (DER) e Banco Mundial (BIRD)	Elaboração, implementação, gestão e monitoramento do projeto como um todo,	P/ID/II	Fortalecimento Institucional

	tendo cada organização um papel específico		
Órgãos e estruturas envolvidos como apoio: Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Estado de Controle e Transparência, Instituto Jones dos Santos Neves	Apoio na execução, fluxo financeiro, apoio jurídico, articulação e controle	ID/II	Melhoria dos indicadores socioambientais do estado como um todo.
Prefeituras dos municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa-ES	Apoio na implementação do subcomponente 1.4	ID	Melhoria dos indicadores de mobilidade e segurança, por meio da redução de veículos no interior do município
Órgãos de licenciamento ambiental: Secretarias municipais de meio ambiente, Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), AGERH, IPHAN.	Licenciamento ambiental e emissão de autorizações necessárias para execução das obras passíveis de serem licenciadas	ID	Melhorias dos indicadores socioambientais do estado como um todo

2.4. INDIVÍDUOS E GRUPOS DESFAVORECIDOS OU VULNERÁVEIS

Aspectos de vulnerabilidade são encontrados entre os seguintes grupos diretamente afetados pelo projeto:

- Residentes das áreas que serão desapropriadas;
- Residentes das áreas com riscos de erosão, desabamentos etc.;
- Residentes das áreas afetadas pelo tráfego inseguro de veículos;

Dentre esses grupos, os aspectos de vulnerabilidade potencialmente presentes são:

- Pobreza ou insegurança financeira;
- Vulnerabilidade territorial;
- Dependência de recursos naturais;
- Desigualdade de gênero;
- Desigualdade racial;
- Vulnerabilidade de crianças, adolescentes e idosos;
- Modos de vida tradicionais;
- Pessoas com deficiência.

As ações de engajamento das partes interessadas serão planejadas de forma a promover a inclusão dessas pessoas.

Não foram identificados Povos Indígenas ou Comunidades Quilombolas na área de abrangência do projeto.

Santa Maria de Jetibá, município cuja população é predominantemente composta por descendentes de imigrantes Pomeranos, preserva uma cultura robusta associada a esse grupo étnico. Importante destacar que a área de abrangência do projeto em questão não impactará adversamente nenhum dos núcleos culturais desses representantes.

3. ENVOLVIMENTO NA PREPARAÇÃO DO PROJETO

O Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo está em fase de elaboração, em um processo que envolve as partes interessadas desde sua concepção, até a implementação. Como forma de promover e garantir a participação social de outros grupos, uma das etapas de elaboração é a Consulta Pública do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), descrita a seguir.

O PEPI descreve o cronograma e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projeto e leva em consideração a opinião dessas partes, configurando-se, portanto, em um documento construído com transparência e participação. Durante o processo de elaboração do PEPI, são identificados os pontos de vista das partes interessadas, incluindo a identificação dessas partes que posteriormente são ouvidas em busca de identificar riscos e potencialidades para implementação do projeto.

Na fase preparatória do projeto, os grupos focais foram inicialmente identificados e consultados durante as Consultas realizadas para analisar os riscos, desafios, problemas e benefícios relacionados às atividades planejadas. Essa consulta foi conduzida considerando as circunstâncias específicas de cada município impactado. O Quadro 2 fornece uma síntese dos principais participantes já identificados, juntamente com o cronograma estabelecido para envolvê-los, os resultados observados e sugestões sobre como esses resultados podem ser incorporados ao Programa, destacando as principais recomendações dos diferentes grupos afetados.

Quadro 2. Síntese das principais partes interessadas identificadas na fase de preparação do Programa PROATIVA-ES com as datas de execução das Consultas e escutas necessárias, resultados observados e sugestões sobre como esses resultados podem ser incorporados ao Programa.

Município	Data	Parte interessada	Demandas / soluções apontadas	Principais resultados – Pontos de interesse que deverão ser avaliados e que podem ser incluídos no projeto, desde que viáveis.
Santa Teresa	08/11/23	Associação Pestalozzi de Santa Teresa	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ruas sem acessibilidade para cadeirantes - Atrasos na chegada e entrega dos atendidos devido ao trânsito no centro <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Melhorias nas ruas Gerônimo Vervloet, Rua México, Estrada de Tabocas e Av. Hilário Pasolini. - Calçada cidadã na cidade. - Reverter a multa por estacionamento em vagas de deficientes para a Pestalozzi. - Drenagem das passagens elevadas do município (calhas). 	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir melhorias nas ruas Gerônimo Vervloet, Rua México, Estrada de Tabocas e Av. Hilário Pasolini no escopo do projeto. - Integrar a iniciativa de "Calçada Cidadã" como parte do projeto de intervenção. - Propor às autoridades locais a revisão da política de multas por estacionamento em vagas destinadas a pessoas com deficiência. - Incluir no projeto a implementação de sistemas de drenagem, como calhas, nas passagens elevadas do município. - Desenvolver e implementar estratégias de gestão de tráfego no centro da cidade, visando reduzir os atrasos na chegada e entrega dos atendidos. - Estabelecer um programa contínuo de engajamento com a comunidade para garantir feedback constante sobre a eficácia das intervenções e identificar novas questões que possam surgir.
Santa Teresa	08/11/23	Secretaria Municipal de Transportes de Santa Teresa	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tráfego de carretas pelo centro da cidade - Calçadas sem padrão / tamanho reduzido - Falta de acessibilidade - Postes ocupam a calçada - Poucas vagas de estacionamento na cidade <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contorno para retirada dos caminhões do centro urbano - Fiação subterrânea para melhorar acessibilidade das calçadas - Implementação do estacionamento rotativo nas vias com menor oferta de vagas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um contorno rodoviário para retirar as carretas do centro urbano. - Incluir a padronização e alargamento das calçadas como parte do projeto de revitalização urbana. - Incorporar melhorias na infraestrutura que garantam acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo rampas, sinalização tátil e outros elementos relevantes. - Desenvolver um plano para relocar postes que atualmente ocupam as calçadas, buscando alternativas que não comprometam a acessibilidade. - Implementar um sistema de estacionamento rotativo nas vias com menor oferta de vagas. - Estabelecer um diálogo constante com comerciantes locais para discutir estratégias que minimizem impactos temporários durante as intervenções e maximizem os benefícios a longo prazo.

08/11/23	Secretaria Municipal de Assistência Social de Santa Teresa.	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caminhões de transporte passam pelo centro da cidade - Calçadas estreitas - Postes e placas na calçada - Faixas de pedestre mal posicionadas na cidade - Falta de estacionamento no centro <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contornos rodoviários tirando os caminhões do centro - Fiação subterrânea e calçadas padronizadas - Revisar posicionamento das faixas (elevadas ou não) - Instalação de sinal de trânsito (na "INOVA" subida para Santa Maria. - Estacionamento rotativo no centro comercial 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar contornos rodoviários para desviar o tráfego de caminhões do centro da cidade. - Incluir no projeto a padronização e alargamento de calçadas, proporcionando mais espaço para pedestres. - Desenvolver um plano para a realocação de postes e placas que atualmente obstruem as calçadas. - Revisar e redesenhar as faixas de pedestres, considerando sua localização e a segurança dos pedestres. - Instalar sinais de trânsito, especialmente na subida para Santa Maria, para melhorar o controle do tráfego. - Implementar um sistema de estacionamento rotativo no centro comercial para otimizar o uso do espaço disponível. - Realizar reuniões e sessões de feedback com a comunidade residencial para garantir que suas necessidades e preocupações sejam consideradas durante o planejamento e implementação do projeto.
08/11/23	IFES de Santa Teresa	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atraso na chegada dos alunos ao IFES e em suas casas (500+ alunos moram na Grande Vitória) - Proibir passagem de caminhão pelo centro de Santa Teresa - Calçadas sem padrão / postes na calçada - Falta de pintura no chão indicando vagas - muitos carros da PM estacionados na rua <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rota alternativa para caminhões (IFES x São João de Petrópolis x Várzea Alegre x Alto Caldeirão x Estrada de Santa Maria) - Estudar a alteração da direção do fluxo em alguns pontos da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar uma rota alternativa para caminhões que evite o centro da cidade, utilizando IFES x São João de Petrópolis x Várzea Alegre x Alto Caldeirão x Estrada de Santa Maria. - Incluir no projeto a padronização das calçadas e a realocação de postes que atualmente obstruem o passeio. - Regularizar a pintura de marcação de vagas em áreas de estacionamento. - Colaborar com as autoridades locais para criar soluções específicas para o estacionamento de veículos da Polícia Militar, como a designação de áreas específicas ou a busca de alternativas. - Avaliar a possibilidade de alterações na direção do fluxo de tráfego em pontos estratégicos da cidade para otimizar o fluxo. - Realizar obras para nivelar degraus e garantir a acessibilidade das calçadas, especialmente nas rotas frequentadas pelos alunos. - Implementar um sistema de estacionamento rotativo no centro comercial para otimizar o uso do espaço disponível.

			<ul style="list-style-type: none"> - Nivelar os degraus e tornar calçadas acessíveis - Regularizar pintura de marcação de vagas - Implantar rotativo no centro comercial 	
	08/11/23	Secretaria Municipal de Turismo de Santa Teresa	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade para municipalizar a via devido à pequena população – para instalação de rotativo - Caminhões no centro - Calçadas sem padrão - Postes na calçada <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implantação do rotativo - Implantação de fios subterrâneos (como feito na rua do lazer) - Placas orientativas indicando os bairros que possuem mais vagas para estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Explorar alternativas para a municipalização da via, considerando soluções específicas para áreas com pequena população, como a instalação de estacionamento rotativo de forma adaptada à demanda local. - Implementar uma rota alternativa para caminhões, desviando-os do centro da cidade. - Incluir no projeto a padronização das calçadas para garantir um ambiente mais seguro e acessível para pedestres. - Desenvolver um plano para a realocação de postes que ocupam a calçada, buscando alternativas que não comprometam a acessibilidade. - Avaliar a viabilidade e implementar um sistema de estacionamento rotativo, adaptado às necessidades da pequena população local. - Implementar a fiação subterrânea, seguindo o exemplo da rua do lazer, para melhorar a estética e segurança da via. - Instalar placas orientativas indicando bairros com maior disponibilidade de vagas para estacionamento. - Promover reuniões e sessões de diálogo com a comunidade local para garantir que as soluções propostas atendam às necessidades específicas da população.
Santa Maria de Jetibá	07/11/23	Secretário de Obras e Infraestrutura - Sr. Paulo Emilio Arnsholz	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trânsito na hora do rush independente de caminhões - Caminhões Bitrem no centro comercial - Uso de vagas do comércio pelos próprios comerciantes e funcionários - Falta de vagas de estacionamento no centro <p>Soluções sugeridas:</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um contorno rodoviário para desviar o tráfego, reduzindo o congestionamento durante o horário de pico. - Incluir no projeto o estudo de alternativas para restringir a entrada de caminhões bitrem no centro comercial. - Desenvolver estratégias para coibir o uso indevido de vagas por comerciantes e funcionários, como a implementação de fiscalização e penalidades. - Em andamento, apoiar o processo de municipalização junto ao DER para a implantação de um sistema de estacionamento rotativo.

		<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de contorno rodoviário - Já está em andamento processo de municipalização junto ao DER para implantação de rotativo - Estudar a possibilidade de demarcar vagas em 45° para aumentar a oferta - “Encaixar” contorno rodoviário nas coordenadas (318851.56//7783399.88) atendendo a um núcleo de produção agrícola e retirando as carretas da entrada do centro urbano do município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar a possibilidade de demarcar vagas em 45° para aumentar a oferta de estacionamento. - Implementar um contorno rodoviário nas coordenadas especificadas, atendendo a um núcleo de produção agrícola e retirando as carretas da entrada do centro urbano. - Promover reuniões e sessões de diálogo com os empresários locais para garantir que as soluções propostas levem em consideração suas necessidades e preocupações. - Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das intervenções ao longo do tempo, realizando ajustes conforme necessário.
07/11/23	Secretário de Turismo de Santa Maria de Jetibá	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Congestionamentos no centro gerado, principalmente, pelos caminhões bitrem. - Falta de estacionamento para ônibus de turismo <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturar o “espaço para eventos da prefeitura” como estacionamento de ônibus de turismo. - Contorno rodoviário – funcionária da secretaria informou que já utiliza o traçado proposto para o contorno e gasta 10 minutos frente aos 30 passando pelo centro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um contorno rodoviário para desviar o tráfego de caminhões bitrem do centro da cidade. - Estruturar o "espaço para eventos da prefeitura" como estacionamento dedicado para ônibus de turismo. - Readequar o "espaço para eventos da prefeitura" para acomodar o estacionamento de ônibus de turismo, incluindo a instalação de infraestrutura necessária. - Implementar o contorno rodoviário proposto, considerando a confirmação da funcionária da secretaria de que o traçado já é utilizado e reduz significativamente o tempo de deslocamento. - Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das intervenções ao longo do tempo, realizando ajustes conforme necessário. - Promover reuniões e sessões de diálogo com empresas de turismo e organizadores de eventos para garantir que as soluções propostas atendam às suas necessidades e preocupações.
07/11/23	APAE - Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Santa Maria de Jetibá.	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Congestionamentos no centro aumentam o tempo de viagem dos atendidos (chegando a até 3 horas de deslocamento) - Falta de transporte para o deslocamento dos pais dos portadores de necessidades especiais (ir na APAE, buscar exames etc...) - Falta de acessibilidade no centro para portadores de mobilidade reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um contorno rodoviário para desviar o tráfego do centro, reduzindo o tempo de deslocamento dos atendidos. - Desenvolver um serviço de transporte dedicado para os pais de portadores de necessidades especiais, atendendo a deslocamentos para a APAE, exames médicos, entre outros. - Implementar um programa abrangente de melhorias de acessibilidade no centro, incluindo a implantação de calçadas acessíveis, rampas, calçadas elevadas e banheiros acessíveis. - Realizar a implantação de calçadas acessíveis, incluindo rampas de acesso e calçadas elevadas em áreas estratégicas do centro.

		<p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contorno rodoviário iria diminuir tempo de deslocamento. - Implantação de calçadas acessíveis (rampas, calçadas elevadas, banheiros acessíveis) - Implantação de calçada elevada e indicação de redução de velocidade me frente à APAE 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar uma calçada elevada e sinalização específica indicando a redução de velocidade em frente à APAE. - Promover reuniões regulares com representantes da APAE, pais de portadores de necessidades especiais e outros membros da comunidade envolvida para garantir que as soluções propostas atendam às necessidades específicas e preocupações locais. - Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância da acessibilidade e respeito ao trânsito, visando criar uma cultura mais inclusiva na comunidade.
07/11/23	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria de Jetibá.	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de estacionamento no centro comercial é indicado como principal problema. - Principal problema é o transito na hora de pico, independente dos caminhões. - Calçadas irregulares, falta espaço para bicicletas <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rotativo resolveria, entretanto, o pessoal menos estudado, principalmente agricultoras, não conseguiriam utilizar o sistema sem a devida ajuda. - Conscientização (campanhas em rádios, tv, escolas) 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um sistema de estacionamento rotativo para otimizar o uso do espaço disponível. - Desenvolver estratégias para melhorar o fluxo de tráfego durante os horários de pico, considerando soluções como ajustes na sinalização, sincronização de semáforos e otimização de vias. - Realizar obras de melhoria nas calçadas, incluindo o nivelamento e padronização, além de criar infraestrutura adequada para ciclistas, como ciclovias ou áreas de estacionamento de bicicletas. - Adaptar o sistema de estacionamento rotativo para torná-lo mais acessível, por exemplo, oferecendo orientação presencial no início da implementação ou criando aplicativos intuitivos. - Desenvolver campanhas de conscientização em diferentes mídias, como rádio, televisão e escolas, para informar a comunidade sobre as mudanças planejadas e promover a cooperação. - Realizar reuniões específicas e sessões de diálogo com grupos menos estudados, como agricultoras, para entender suas necessidades e oferecer assistência personalizada na utilização do sistema rotativo.
07/11/23	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Maria de Jetibá – Fred.	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Retirada do fluxo de caminhões do centro urbano - Faixas de pedestre alocadas em locais inadequados - Falta de vagas para estacionamento <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Posto do careca seria uma opção para conexão com o contorno 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar o Posto do Careca como opção para conexão com o contorno rodoviário, redirecionando o fluxo de caminhões para essa área. - Realizar um estudo para a realocação estratégica das faixas de pedestre, priorizando os principais pontos de travessia de pedestres com base nas necessidades da comunidade. - Implantar um sistema de estacionamento rotativo nos moldes da prefeitura de Baixo Guandú, considerando que já existe um projeto aprovado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). - Avaliar a viabilidade de integrar o Posto do Careca ao contorno rodoviário, garantindo uma conexão eficiente e segura para o deslocamento de caminhões.

			<ul style="list-style-type: none"> - Fazer um estudo para realocação das faixas de pedestre para os principais pontos de travessia de pedestre. - Implantar estacionamento rotativo nos moldes da prefeitura de Baixo Guandú (já existe projeto de rotativo para o município tendo sido aprovado inclusive pela PGE 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover reuniões com a comunidade para discutir as propostas de realocação de faixas de pedestre e a implementação do estacionamento rotativo, garantindo que as soluções atendam às necessidades locais. - Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das intervenções ao longo do tempo, realizando ajustes conforme necessário. - Realizar campanhas de divulgação eficazes para informar a comunidade sobre o projeto de estacionamento rotativo aprovado pela PGE, garantindo a compreensão e apoio público.
Santa Leopoldina	06/11/23	Presidente do Conselho Municipal de Turismo – Sra. Maristela	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alto fluxo de caminhões de grande porte no centro urbano - Dificuldade para estacionar carros para acessar o comércio <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O DER já teria realizado reuniões com a comunidade para falar sobre a proposta de binário para o município e teria sido consenso entre a população que esta é a melhor alternativa - A prefeitura deveria localizar novas áreas para estacionamento, bem como, otimizar os que já existem com pintura das vagas 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar a proposta de binário para o município, conforme consenso da população em reuniões realizadas pelo DER. - Realizar uma análise para localizar novas áreas para estacionamento, além de otimizar as existentes com a demarcação adequada das vagas. - Coordenar com o DER e demais órgãos competentes a implementação do binário no município, garantindo a infraestrutura necessária para a mudança no fluxo viário. - Realizar levantamento para identificar novas áreas apropriadas para estacionamento, considerando a proximidade com o comércio e a conveniência para os consumidores. - Realizar a pintura adequada das vagas de estacionamento nas áreas já existentes, garantindo uma distribuição eficiente e clara. - Manter um diálogo contínuo com a comunidade para garantir a compreensão das mudanças propostas e obter feedback constante. - Estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar os resultados das intervenções, ajustando as estratégias conforme necessário.
	06/11/23	Associação dos Produtores Rurais das Comunidades de Rio do Meio e Fumaça do Município de Santa Leopoldina/ES	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trânsito urbano caótico - Carros estacionados em local proibido geram mais problemas que os próprios caminhões <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar nova área de estacionamento para retirar o estacionamento da principal - Implantação de nova ponte antes da APAE 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de contorno rodoviário para desafogar o trânsito do centro do município - Criar uma nova área de estacionamento para desencorajar o estacionamento em locais proibidos, além de intensificar a fiscalização e aplicação de penalidades. - Identificar e desenvolver uma nova área de estacionamento que atenda às necessidades da comunidade, retirando parte da demanda de estacionamento da principal. - Realizar um estudo de viabilidade e, se apropriado, implementar a construção de uma nova ponte antes da APAE para melhorar o fluxo de veículos na região.

	- Apromef - Marciani		<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reuniões regulares com a comunidade e empresas locais para entender suas necessidades e obter feedback sobre as propostas de novas áreas de estacionamento e construção de ponte. - Implementar um sistema de monitoramento para avaliar os impactos das intervenções ao longo do tempo, permitindo ajustes conforme necessário.
06/11/23	APAE - Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Santa Leopoldina - Jorge	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transito ruim nos horários de transporte dos atendidos pela APAE - Muitos carros estacionados na principal mesmo havendo vagas no estacionamento - Impossibilidade de ampliação da via e das calçadas devido aos imóveis tombados <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contorno rodoviário, caso este fosse possível - passagem elevada na frente da APAE 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a possibilidade de implementação de um contorno rodoviário para desviar o tráfego pesado nos horários de transporte dos atendidos pela APAE. - Implementar campanhas de conscientização e fiscalização para incentivar o uso adequado das vagas de estacionamento disponíveis, destacando a importância de liberar a via principal. - Explorar alternativas criativas, como a criação de espaços de convivência compartilhada, áreas de lazer ou a reorganização do espaço público, para compensar a impossibilidade de ampliação da via e das calçadas. - Investigar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da implementação de um contorno rodoviário, considerando o alívio no trânsito local. - Avaliar a viabilidade de construir uma passagem elevada na frente da APAE para proporcionar uma travessia segura e contínua, minimizando o impacto no trânsito. - Iniciar um diálogo com os proprietários dos imóveis tombados para explorar possíveis soluções colaborativas que respeitem a preservação do patrimônio histórico e melhorem a circulação na região. - Realizar estudos de impacto abrangentes para avaliar os efeitos das intervenções propostas nas condições de tráfego, na segurança e na qualidade de vida da comunidade.
06/11/23	CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - José	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - transito caótico - Falta de vagas para estacionar <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ponte na prefeitura e binário circulando a cidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar a construção de uma ponte na área da prefeitura e a criação de um binário circulando a cidade para otimizar o fluxo de tráfego. - Criar novos locais de estacionamento ao longo das margens do rio, oferecendo alternativas para aliviar a escassez de vagas. - Coordenar com órgãos competentes a construção da ponte na área da prefeitura, considerando os impactos ambientais e a viabilidade técnica.

		<ul style="list-style-type: none"> - Criação de novos locais de estacionamento na beira do rio 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver e implementar um sistema de binário que circule a cidade, direcionando o tráfego de maneira eficiente e reduzindo pontos críticos de congestionamento. - Realizar um estudo de viabilidade para identificar as melhores áreas ao longo das margens do rio para a criação de novos locais de estacionamento. - Promover reuniões e sessões de diálogo com a comunidade para apresentar as propostas, esclarecer dúvidas e obter feedback valioso. - Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar os resultados das intervenções ao longo do tempo, permitindo ajustes conforme necessário.
06/11/23	Secretaria de Obras e Serviços Públicos – Secretário Anderson	<p>Desafios apontados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grande fluxo de caminhões (principalmente vindos de Santa Maria) - População não estaciona nos locais adequados - Postes na calçada impossibilitam a adequação das calçadas. <p>Soluções sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementar a fiação subterrânea (problema são as enchentes) para melhoria da acessibilidade das calçadas. - implantação de duas pontes (uma na prefeitura e outra após a ponte para apenas um carro) para transformação do transito do centro em binário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a possibilidade de implementar um sistema de contorno rodoviário para direcionar o fluxo de caminhões, principalmente aqueles vindos de Santa Maria, evitando a passagem pelo centro. - Realizar campanhas educativas e de conscientização para incentivar a população a estacionar nos locais designados, destacando os benefícios para a fluidez do tráfego e a segurança viária. - Investigar alternativas, como a remoção ou reposicionamento de postes, para permitir a adequação das calçadas e melhorar a acessibilidade. - Realizar estudos de viabilidade para a implementação de fiação subterrânea, considerando as questões relacionadas a enchentes, para melhorar a acessibilidade das calçadas. - Coordenar a implantação de duas pontes, uma na prefeitura e outra após a ponte para apenas um carro, para criar um sistema de trânsito binário no centro. - Promover reuniões regulares com a comunidade para apresentar as propostas, ouvir preocupações e obter feedback sobre as soluções propostas. - Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar os resultados das intervenções ao longo do tempo, permitindo ajustes conforme necessário.

Quadro 3. Registro fotográfico dos encontros realizados nas Consultas para engajamento das partes interessadas.





Coluna 1 (Santa Teresa) - Pestalozzi, Secretaria de Obras, Secretaria de Assistência Social, IFES, Secretaria de Turismo.

Coluna 2 (Santa Maria de Jetibá) – Secretaria de Obras, Secretaria de Turismo, APAE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmara dos Dirigentes Lojistas.

Coluna 3 (Santa Leopoldina) – Conselho de Turismo, Associação dos Produtores Rurais, APAE, CRAS, Secretaria de Obras e Serviços.

3.1.ANTECEDENTES DO ENVOLVIMENTO

Para a seleção dos trechos rodoviários objeto de intervenção, foi considerada a relação oficial de trechos Sistema Rodoviário Estadual e o mapa rodoviário estadual atualizados em 2022 e dados de volumes de tráfego de contagens realizadas durante os estudos de Operacionalização do Plano Diretor Rodoviário Estadual, realizadas entre 2013 e 2015. Também foram observadas as condições físicas da malha rodoviária, obtidas a partir de levantamento visual de toda a extensão da malha rodoviária pavimentada, realizado entre durante os meses de janeiro e fevereiro de 2023.

Foram priorizados, em sua maioria, trechos que se encontram em situação física classificada como regular ou ruim, e nas regiões que apresentaram pior índice de qualidade das rodovias (regiões das Superintendências Regionais 01 e 02 do DER-ES). Os segmentos selecionados atravessam regiões importantes para o escoamento de produção agrícola regional e para o fluxo turístico do Estado. Alguns destes segmentos foram selecionados por estarem em regiões que sensíveis a eventos climáticos extremos, principalmente na região serrana do Estado

É fundamental ressaltar que as intervenções delineadas no Programa PROATIVA, em particular os contornos rodoviários, têm sido demandas persistentes por parte das comunidades e líderes políticos nas regiões ao longo de vários anos. Os sérios problemas decorrentes, principalmente, do tráfego de caminhões de carga nos centros urbanos dos municípios para abastecimento de insumos e transporte da produção agrícola, resultando em falta de segurança viária para os cidadãos, compõem há anos os principais desafios viários enfrentados por essas comunidades.

Nas regiões de Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina, existe importante produção de hortifrutigranjeiros, com concentração de pequenas propriedades onde é desenvolvida a agricultura familiar, cuja produção é transportada para a Grande Vitória para distribuição a diversas regiões Estado e do Brasil.

Cabe destacar que o município de Santa Maria de Jetibá é o segundo maior produtor de ovos do Brasil, com grande fluxo de veículos de transporte de cargas para escoamento da produção e para o recebimento dos insumos necessários como ração animal.

Em Santa Teresa, também se faz presente a agricultura familiar, além da relevante atividade turística na região, destino na região montanhosa do Estado, com diversos hotéis, pousadas e atrativos turísticos diversos, como cachoeiras e vinícolas.

Foi ainda observado o grande histórico do Estado do Espírito Santo com problemas ocorridos devido às fortes chuvas que assolam o estado, principalmente entre os meses de dezembro e março, sendo recorrente praticamente todos os anos, evidenciado nos dados disponíveis no portal da Defesa Civil Estadual (<https://defesacivil.es.gov.br/>). Alguns destes segmentos estão situados em regiões que sensíveis a eventos climáticos extremos, principalmente na região serrana do Estado ([A Gazeta | Após 10 dias de interdição, trecho da BR 259 é parcialmente liberado em Colatina](#)).

3.2. CONSULTA PÚBLICA

O PROATIVA-ES está em fase de elaboração, em um processo dinâmico e contínuo que deverá envolver as partes interessadas desde o planejamento, a implantação, a execução e a avaliação do Programa. Como forma de promover e garantir a participação social de outros grupos, uma das etapas de elaboração é a consulta pública do Plano de Engajamento das Partes Interessadas.

A consulta pública tem o objetivo de colher contribuições, críticas e demais manifestações relacionadas à forma com o que o Programa planeja envolver as partes interessadas ao longo de sua execução e se dará nas seguintes etapas.

3.2.1. PUBLICAÇÃO

A versão para consulta do PEPI será divulgada na página eletrônica do DER-ES, no seguinte endereço eletrônico:

<https://der.es.gov.br/programa-proativa>

Durante o prazo da consulta, as partes interessadas poderão enviar comentários por escrito, vídeo ou áudio via os seguintes canais:

- E-mail: canalbird@der.es.gov.br
- Telefone: 27 3636-4501
- Formulário eletrônico: <https://forms.gle/c6foJBX5v8LBh4mH7>

3.2.2. CONSULTA DIRETA

O Programa está embasado em um sistema de participação social estabelecido para as instâncias e organizações que colaboram com a construção do Programa (conforme descrito nos Quadros 1 e 2).

Para a fase de consulta pública, portanto, essas organizações e indivíduos receberão diretamente da coordenação do Programa uma versão do PEPI para revisão.

As sugestões serão coletadas, avaliadas e integradas ao documento.

3.3.DIVULGAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública do PEPI e aos demais instrumentos socioambientais do Projeto será divulgada, com antecedência, no site e redes sociais do DER-ES e demais órgãos parceiros do Programa. Será enviado um release para a imprensa local.

3.4.DEVOLUTIVAS

Os comentários ao PEPI e aos demais instrumentos socioambientais do Projeto serão unificados em um instrumento de acompanhamento e compartilhados com as entidades executoras e de gestão do Programa, que deliberarão sobre as modificações no documento. Após melhorias, uma segunda versão do PEPI será produzida e integrada ao Programa.

Todas as pessoas que fizerem comentários receberão devolutiva acerca do aspecto em questão. Os meios preferidos para devolutiva serão coletados no ato do recebimento das sugestões.

Se forem implementadas mudanças significativas no PEPI, o PEPI atualizado será novamente divulgado.

4. ENVOLVIMENTO DURANTE O PROJETO

As atividades de Envolvimento das Partes interessadas permeiam todos os componentes do Programa PROATIVA-ES, devendo ocorrer durante a implementação, gestão, comunicação, monitoramento e avaliação. Os itens a seguir descrevem o planejamento para que o projeto proporcione o necessário envolvimento das partes interessadas.

A equipe socioambiental do DER-ES, composta por biólogo e Assistente Social, será responsável pelas ações de engajamento na fase de preparação do projeto. O Programa também contará com apoio de equipes de supervisão técnica sócio ambiental e de gerenciamento de projetos que auxiliarão a comunicação, no envolvimento das partes interessadas e no mecanismo de queixas, a ser gerenciada pelo DER-ES.

4.1. PRINCÍPIOS

O Programa aplicará os seguintes **princípios** para o engajamento das partes interessadas, em consonância com as melhores práticas no tema:

- ✦ Abertura e abordagem do ciclo do Programa: processo continuado de diálogo por meio de consultas públicas a serem organizadas durante todo o ciclo do projeto, realizadas de maneira aberta para as partes interessadas, sem manipulação, interferência, coerção ou intimidação externa;
- ✦ Participação informada e manifestação: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em formato apropriado; haverá oportunidades para a manifestação das partes afetadas, análise e a abordagem dos comentários, demandas, sugestões e eventuais críticas;
- ✦ Inclusão e sensibilidade: a identificação das partes interessadas será contínua ao longo do Programa e realizada a fim de respaldar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subcomponentes e suas atividades será inclusivo. Todas as partes afetadas, em todos os momentos, são incentivadas a se envolverem no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às

necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental para a seleção dos métodos de engajamento, principalmente ao se considerar os grupos vulneráveis, que demandam atenção especial;

4.2. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Os materiais de divulgação serão disponibilizados a partir da identificação dos principais canais de interação para as partes interessadas, obtendo mais informações, realizando perguntas e manifestações. Também apresentarão o Mecanismo de Queixas e seus canais de acesso.

As consultas preliminares indicaram que estabelecer contato por telefone, além da divulgação por meio de panfletos, cartazes e a promoção em rádios locais, constituiriam as abordagens mais eficazes para a comunicação com as comunidades impactadas pelo empreendimento.

Quadro 4 - Meios de Comunicação, Canais e Estratégias de Divulgação e Envolvimento

Meio de Comunicação	Canal	Estratégias de Divulgação e Envolvimento de Partes Interessadas
Site	<p>https://der.es.gov.br/proativa-es Site do Programa PROATIVA-ES no portal do DER-ES</p>	<p>Divulgação:</p> <ul style="list-style-type: none">- Informações gerais sobre o Programa, seus subcomponentes e parcerias;- Documentos de gestão socioambiental do Projeto – Marco de Gestão Socioambiental, PEPI, Marco de Reassentamento e quaisquer outro elaborado.- Notícias e informações sobre as atividades;- Dados de monitoramento do andamento do Programa e avaliação de resultados. <p>Mobilização e Engajamento:</p> <ul style="list-style-type: none">- Campanhas para mobilização das partes interessadas para participação nas decisões e atividades;

<p>Redes Sociais – Facebook, Instagram, Telegram</p>	<p>Posts no feed, stories, mensagens diretas e listas de transmissão nos canais oficiais do Governo do Estado¹</p>	<p>Divulgação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Postagens periódicas sobre atividades e resultados do Programa, assuntos relevantes e de interessados públicos relacionados aos temas do Programa. Divulgação dos conteúdos do site e redes sociais. <p>Mobilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Veiculação de campanhas para mobilização das partes interessadas para participação nas decisões e atividades; – Mobilização direta via grupos, listas e mensagens individuais; – Avaliar a possibilidade de realizar a promoção de posts para determinados públicos, selecionados por região geográfica e perfil, para divulgação das atividades que demandam participação e envolvimento das partes. <p>Comunicação direta:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; – Devolutivas após análise. <p>Monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.
--	---	--

E-mail	canalbird@der.es.gov.br Endereço oficial do Programa	Divulgação, mobilização e comunicação direta: <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação com os pontos focais e outras partes interessadas sobre atividades específicas, momentos de participação e informações gerais sobre o Programa; - As estratégias de comunicação e envolvimento também ocorrerão pelos e-mails individuais da equipe do projeto, para momentos e assuntos específicos; - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise.
Telefone	27 3636-4501 Canal oficial do Programa	Comunicação direta: <ul style="list-style-type: none"> - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise; - Comunicação com os pontos focais e outras partes interessadas sobre atividades específicas, momentos de participação e informações gerais sobre o Programa.
Formulário eletrônico	https://forms.gle/vQ27TJqh8RKkgcw78	Comunicação direta: <ul style="list-style-type: none"> - Recebimento de manifestações, críticas, opiniões, elogios e sugestões; - Devolutivas após análise.

¹Lei Geral de Proteção de Dados:

- Para veiculação direta, inclusão de pessoas em grupos e em listas de transmissão, é necessário ter a autorização prévia do usuário, conforme LGPD.

Reuniões de gestão	Ambiente virtual previamente divulgado entre convidados e/ou Presencial em local a ser acordado	Comunicação direta: <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas da Unidade de Gerenciamento do Programa e da equipe gestora; - Reuniões periódicas de gestão e execução, a serem realizadas entre as equipes dos subcomponentes e demais órgãos e organizações de apoio envolvidos.
Materiais de planejamento e registro	Circulação restrita por e-mail, somente entre destinatários específicos	Comunicação direta:
Relatórios e dashboards	Divulgação nos diversos canais do Programa, a depender do material	Divulgação e comunicação direta: <ul style="list-style-type: none"> - Relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação do Programa; - Estudos e relatórios de atividades.

Eventos	Ambiente virtual previamente divulgado e/ou Presencial em local a ser acordado	<p>Divulgação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lançamento e divulgação de etapas do Programa; - Apresentação de resultados; <p>Mobilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eventos de capacitação e construção participativa, em determinadas fases do projeto; - Mobilização para participação no Programa; <p>Comunicação direta e mobilização:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise; <p>Monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.
---------	--	--

<p>Consulta pública</p>	<p>No site do programa e em reuniões públicas</p>	<p>Divulgação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Informações gerais sobre o Programa, seus subcomponentes e parcerias; - Notícias e informações sobre as atividades; - Dados de monitoramento do andamento do Programa e avaliação de resultados. <p>Comunicação direta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consulta sobre documentos e planos específicos do Programa, tais como Marco de Gestão Ambiental e Social, Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, Marco da Política de Reassentamento etc.; - Interação com o público, recebimento de manifestações, críticas e opiniões; - Devolutivas após análise. <p>Monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento da opinião pública sobre o Programa.
<p>Diálogo direto</p>	<p>Comunicação face-a-face pela equipe do Programa e organizações parceiras</p>	<p>Mobilização e Comunicação direta:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mobilização e diálogo direto com as partes interessadas, por meio das equipes de execução, nas diversas fases; - Parceria com as redes de proteção e assistência social dos municípios que receberão ações do Programa e alinhamento para que as equipes de campo possam trabalhar como difusoras das mensagens direcionadas às partes interessadas.

Comunicação dirigida	Cartilhas, cartazes, panfletos, dentre outros	Comunicação direta: – Produção de materiais informativos e ações de comunicação específicos aos beneficiários e populações diretamente afetadas.
Assessoria de imprensa	Meios de comunicação regionais, locais e comunitários, impressos, digitais e rádio	Divulgação e mobilização: – Veiculação de campanhas de divulgação em meios de comunicação regionais, locais e comunitários, envio de releases sobre as fases do Programa, concessão de entrevistas pelas lideranças e referências técnicas, assessoria de imprensa receptiva;
Imagens e vídeos do Programa	Imagens produzidas pela equipe e participantes das atividades	Lei Geral de Proteção de Dados: – Necessário consentimento da pessoa que aparece na imagem, por meio de assinatura de instrumento de Autorização de Uso de Imagem, conforme LGPD; – Necessária autorização e divulgação dos créditos da pessoa que produziu a imagem. Divulgação: – Utilização nos conteúdos dos canais de comunicação

4.3. AÇÕES DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Quadro 5. Ações de envolvimento e ações específicas para grupos vulneráveis planejadas para o Programa PROATIVA-ES, por categorias de partes interessadas

Ações de Envolvimento e Ações Específicas para Grupos Vulneráveis		
Parte Interessada	Ação de Envolvimento	Ação específica para grupos vulneráveis
População em geral do estado do Espírito Santo, especialmente a que reside nas proximidades das regiões atendidas	Consultas públicas, eventos, divulgação de informações sobre o Programa em site e redes sociais, veiculação na imprensa	Divulgação direcionada a mulheres, jovens, idosos, trabalhadores rurais e pessoas com deficiência, por meio de mensagens e peças específicas a esses públicos.
População e atividades econômicas dos municípios contemplados pelo programa PROATIVA-ES	Mobilização e diálogo direto por meio das equipes executoras. Divulgação pelas prefeituras. Veiculação em site e redes sociais. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.	Atuação em campo dos profissionais executores direcionada a proprietários em situação de vulnerabilidade econômica, mulheres e idosos e pessoas com deficiência.
População dos municípios que serão contemplados com os contornos rodoviários	Divulgação pelas prefeituras. Veiculação em site, redes sociais e imprensa. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.	Atuação das equipes de assistência social do município voltada a mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de pobreza, para difusão das informações sobre o projeto e mobilização para instâncias participativas
Pessoas que serão removidas ou cujo terreno será alvo de desapropriação nos municípios contemplados pelo Programa	Mobilização e diálogo direto por meio das equipes executoras. Materiais informativos específicos (ex.: cartilha). Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.	Atuação de equipe de assistência social voltada a mulheres, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de pobreza.

<p>Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), órgão Executor do Programa PROATIVA-ES (DER-ES) e Banco Mundial (BIRD)</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes</p>
<p>Prefeituras dos municípios da área de abrangência do Programa PROATIVA-ES</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Órgãos de licenciamento ambiental: Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Secretarias Municipais de Meio Ambiente</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>
<p>Lideranças comunitárias dos municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa-ES, contemplados pelo programa</p>	<p>Reuniões periódicas, circulação de materiais de planejamento e registro, relatórios e dashboards de monitoramento e avaliação, eventos de lançamento e apresentação de resultados, divulgação nos canais de comunicação do Programa e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp.</p>	<p>Incentivo e promoção da participação de mulheres, idosos e pessoas com deficiência que façam parte dessas organizações, uso de dispositivos de acessibilidade e recursos de flexibilidade para lactantes.</p>

4.4. ATIVIDADES DE ENGAJAMENTO DURANTE A PREPARAÇÃO

Quadro 6. Atividades a serem desenvolvidas para engajamento das partes interessadas e afetados, na fase de preparação do Projeto.

Fase do projeto	Período estimado	Tema	Método utilizado	Público-alvo	Responsabilidades
Preparação do Projeto (pré-appraisal)	Segundo semestre de 2023	Finalização de estudos/notas técnicas e documentos de preparação do Projeto	Reuniões presenciais e virtuais e trabalho técnico da equipe da GEDES	DER-ES;	DER-ES
		Articulação para aprovação do Projeto	Reuniões estratégicas	BIRD; Governo do Estado do ES; DER-ES	DER-ES
		Consultas nos municípios de Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá para identificação de demandas por parte dos grupos afetados / beneficiados.	Reunião com as principais lideranças de cada município para identificação de potencialidades e desafios que não foram previamente identificados nos estudos já realizados.	Associações e cooperativas de produtores, comerciante, prefeitura e demais grupos específicos;	DER-ES
		Consultas nos municípios de Santa Teresa, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá para identificação de demandas por parte dos grupos identificados como vulneráveis ou desfavorecidos.	Reunião com os principais grupos e organizações de amparo social dos 3 municípios para identificar desafios a serem alcançados e implementados no projeto em benefício desta classe mais vulnerável	APAE; Associações Pestalozzi e Centros de Referência Especializados de Assistência Social	DER-ES

		Inclusão no PEPI das demandas identificadas pelos afetados após participação nas Consultas realizadas nos municípios (descritas no Quadro 1) e identificação das principais alterações a serem incluídas no projeto.	Identificação das demandas recorrentes que melhor representam os desejos de melhoria da comunidade como um todo a partir da escuta das principais partes interessadas.	Todas as partes interessadas	DER-ES
Preparação do Projeto (pré-appraisal)	Janeiro de 2024 - Março 2024 (Appraisal)	Ajustes nos documentos aprovados pelo Banco.	Adequação e melhoria contínua dos dados apresentados nos documentos;	BIRD; DER-ES;	DER-ES
		Aprovação do programa junto ao Senado / Governo Federal	Trâmites burocráticos para obter demais aprovações e efetivar o empréstimo do Banco	DER-ES; Governo do Estado do Espírito Santo; Senado Federal; Governo Federal;	DER-ES; Governo do Estado do ES
		Divulgação do Programa junto às comunidades	Divulgação nos canais de comunicação do Projeto e de organizações parceiras. Divulgação direta, em grupos e listas de transmissão do WhatsApp	Associações comunitárias rurais localizadas nos municípios onde será implantado o programa e demais interessados	DER-ES
		Divulgação dos instrumentos no site do Projeto	Consulta virtual para participação contínua com a participação do público alvo	Todos os afetados / beneficiados pelo Programa	DER-ES
Preparação do Projeto (pós-appraisal)	Março 2024 (Appraisal) - Dezembro 2024	Continuidade do processo de Engajamento e escuta dos afetados conforme definido no PEPI	Observação das informações recebidas através dos canais de comunicação do	Associações e cooperativas de produtores,	UGP - SRHS

		Projeto para que sejam incorporadas de forma contínua.	comerciante, prefeitura e demais grupos específicos; APAE; Associações Pestalozzi e Centros de Referência Especializados de Assistência Social	
	Lançamento do Programa	Lançamento do programa com a divulgação de seus principais documentos para avaliação pública no site oficial do Programa, bem como nos demais canais indicados no PEPI	Todas as partes interessadas	DER-ES
	Revisão e atualização dos principais documentos de controle e acompanhamento do Banco (MGAS, MR, PEPI, PCAS e PGMO)	Revisão dos instrumentos com insumos da consulta virtual - processo de melhoria contínua de ajuste do documentos com as atualizações referentes às indicações dos engajados. Revisão do PCAS para negociações do projeto	DER-ES; Consultores sócio ambientais	DER-ES
	Envio do instrumentos revisados após a efetividade para aprovação e divulgação final	Revisão final e publicação de versão atualizada	DER-ES; Consultores sócio ambientais	DER-ES

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES

Para a implementação de atividades de engajamento das partes interessadas, é prevista a seguinte estrutura de responsabilidades e gestão de recursos.

5.1. RECURSOS

O DER-ES será o responsável pela coordenação e execução das atividades institucionais de envolvimento das partes interessadas.

As atividades de envolvimento de responsabilidade dos subcomponentes e parceiros serão executadas pelas respectivas equipes.

5.2. FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DE GESTÃO

O DER-ES fará a gestão geral das atividades e dos recursos destinados ao Programa, com apoio e diretrizes do Comitê Diretivo, atendendo aos requisitos fiduciários e de salvaguardas do Banco Mundial.

5.2.1. DER-ES

O DER-ES é o Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo instituído pela Lei Complementar 926 de 30 de outubro de 2019, oriundo da extinção do IOPEs (Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo) e da transformação do antigo DER-ES (Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo).

O DER-ES - Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito será o órgão responsável pela execução do Programa. Esta autarquia possui como objetivos principais: implementar, regulamentar e fiscalizar a Política Estadual de Transporte e Obras Públicas, compreendendo o gerenciamento de obras de edificações e de infraestrutura de logística rodoviária, ferroviária, hidroviária, aeroportuária e infraestrutura viária urbana vinculada aos objetivos do Estado do Espírito Santo.

No âmbito do programa PROATIVA-ES, terá a função de Executar, dentro de suas atribuições, obras, serviços e demais atividades necessárias para a execução dos projetos em conformidade com o Contrato de Empréstimo; Gerenciar, no âmbito de sua atuação, os recursos financeiros das transferências efetuadas pelo Estado; Designar representantes para os atos relacionados ao Contrato de Empréstimo; Prestar contas dos recursos financeiros recebidos do Estado.

5.2.2. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO (SEDES)

A Lei Complementar nº 1.051/2023 instituiu o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Espírito Santo – PPI-ES.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento – SEDES é o órgão responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos do Estado do Espírito Santo - PPI/ES, competindo ao mesmo coordenar as ações do PPI.

5.2.3. CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias e Investimentos foi criado pela Lei Complementar 1.051/2023. Trata-se de instância consultiva e deliberativa cujas atribuições são:

I - opinar sobre as propostas dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta, relativas às matérias inerentes ao PPI/ES, e qualificá-las, previamente à deliberação do Governador do Estado;

II - acompanhar a execução do PPI/ES; e I

II - elaborar recomendações e orientações normativas aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta, no que tange ao PPI/ES.

Integração o CGPPI/ES:

I - Secretário de Estado de Desenvolvimento;

II - Secretário de Estado de Governo;

III - Secretário de Estado da Fazenda;

IV - Secretário de Estado de Economia e Planejamento;

V - Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos; e

VI - Procurador-Geral do Estado.

O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento.

Cabe ao CGPPI/ES, na forma estabelecida em seu regimento, dentre outras atribuições:

- Definir as prioridades e supervisionar as atividades do Programa de Parcerias e Investimento do ES;
- Aprovar os resultados dos estudos técnicos e a modelagem dos projetos de contratos de parceria e de desestatização;
- Aprovar os projetos de parceria e de desestatização e as diretrizes para a elaboração dos editais;
- Criar grupos técnicos de trabalho que ficarão responsáveis pelo acompanhamento dos projetos de contratos de parceria e de desestatização;
- Criar uma comissão especial que ficará responsável pelo acompanhamento da execução do contrato no que se refere ao seu equilíbrio econômico-financeiro, nos projetos descritos no art. 1º, inciso I, desta Lei Complementar;
- Efetuar a avaliação geral do Programa, sem prejuízo do acompanhamento individual de cada projeto;
- Autorizar a utilização dos recursos do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP/ES como garantia das obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública;
- Decidir pela forma de estruturação dos projetos descritos no art. 1º, parágrafo único, desta Lei Complementar, seguindo orientação de parecer técnico emitido pela Coordenação do PPI/ES;
- Autorizar a utilização dos recursos do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Parcerias e Desestatização do Espírito Santo - FEPES para a estruturação dos projetos de contratos de parceria e de desestatização;

- Aprovar os projetos de contratos de parceria e de desestatização, previamente à realização de consulta pública e de audiência pública, conforme regulamento.

5.2.4. SUPERVISÃO TÉCNICA E SÓCIO AMBIENTAL DE OBRAS E SERVIÇOS

A supervisão das obras e da manutenção rodoviária será de competência das Superintendências Regionais (SR) do DER-ES, sob supervisão das Diretorias técnicas (DIROP - Diretoria de Operações e Manutenção e DIREN - Diretoria de Obras de Infraestrutura), compreendendo o gerenciamento, fiscalização, acompanhamento dos serviços prestados, dentre outras atribuições.

Para apoio à execução das atividades de Supervisão de Obras no subcomponente 1.5, a contratação de empresas de consultoria para apoio técnico à supervisão de obras e serviços, incluindo a supervisão sócio ambiental, para garantir que as obras do Programa sejam executadas observando o fiel cumprimento dos projetos, normas e especificações e demais condições contratuais.

5.3. CUSTOS

Os custos necessários para realizar as atividades descritas neste PEPI serão divididos em etapas. Inicialmente, utilizando recursos materiais e humanos já disponíveis no DER-ES – A GEDES (Gerência de Desenvolvimento Sustentável e Segurança do Trabalho) e seu contrato de apoio atual com uma empresa terceirizada possuem especialistas na área socioambiental, com ampla experiência na implementação de iniciativas de engajamento e mobilização das comunidades afetadas por projetos de construção de estradas e rodovias no estado do Espírito Santo. As equipes contam com biólogos, engenheiros ambientais e assistentes sociais, que já têm desempenhado um papel crucial no cumprimento das exigências dos licenciamentos ambientais, por meio de programas de comunicação social desenvolvidos em todas as obras do DER-ES.

Além disso, a GEARD, uma gerência dedicada à realização das desapropriações necessárias para a execução das obras, também prestará apoio à execução das atividades planejadas na fase de preparação do projeto, disponibilizando apoio de demais profissionais socioambientais com experiência com envolvimento das

partes afetadas, caso este apoio seja necessário. O Quadro 7 a seguir apresenta uma previsão preliminar de custos aproximados/preliminares do PEPI.

Quadro 7 - QUADRO DE CUSTOS APROXIMADOS/PRELIMINARES DO PEPI²

CATEGORIAS DE ORÇAMENTO	QUANTIDADE	CUSTOS UNITÁRIOS (R\$)	EXECUÇÃO (MESES)	CUSTOS TOTAIS (R\$)	OBSERVAÇÕES
1. SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS					
Consultor de Comunicação	1	7.500,00	12	90.000,00	
Consultor Ambiental	1	7.500,00	12	90.000,00	
Consultor Social	1	7.500,00	12	90.000,00	
2. EVENTOS					
Reuniões de lançamento do Projeto com partes interessadas	3	5.000,00	1	15.000,00	Uma para cada Município diretamente envolvido
Organização/realização de atividades com grupos focais	20	300,00	1	6.000,00	
3. CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO					
Cartazes e panfletos	40.000	3,00	1	120.000,00	
Campanhas de mídia	1	200.000,00	1	200.000,00	Campanha de mídia que acompanhe todo o percurso do Projeto
4. TREINAMENTO					
Treinamento em questões sociais e ambientais para equipe UGP e contratados	5	10.000,00	1	50.000,00	
5. BENEFICIÁRIOS DA PESQUISA					
Pesquisa de Percepção no meio do Projeto	1	13.000,00	1	13.000,00	
6. MECANISMOS DE RECLAMAÇÃO					

² Os custos estimados para o primeiro ano de implementação do Projeto

Composição de comitê	1	-	12	-	Sem custos
Materiais de comunicação	-	-		-	Incluído no item 3
7. OUTRAS DESPESAS					
Encargos sociais	160.000,00	Com os três profissionais da equipe		160.000,00	
ORÇAMENTO TOTAL DO PEPI*				R\$ 834.000,00	

*Em reais (moeda vigente no Brasil)

6.MECANISMO DE ATENDIMENTO A RECLAMAÇÕES

A gestão adequada das queixas relacionadas ao projeto é um dos pilares de sustentação do presente Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI). Para a implementação de atividades de atendimento e gestão de reclamações, serão realizadas as atividades apresentadas a seguir.

O principal **objetivo** do Mecanismo de Atendimento a Interações e Reclamações é registrar, responder e resolver interações, queixas e reclamações de maneira oportuna, eficaz e eficiente e que satisfaça todas as partes envolvidas. Neste sentido, deve proporcionar o recebimento de reclamações de pessoas que possam ser afetados por intervenções específicas do Programa e, também, atender as preocupações do público sobre o desempenho ambiental e social. Em suma, o mecanismo deve proporcionar às pessoas que temem ou sofrem impactos adversos a oportunidade de ser ouvidas e atendidas.

O Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo estabelecerá um Mecanismo de Atendimento a Reclamações, em linha com as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e adequado aos públicos potencialmente afetados pelo Programa e partes interessadas, incluindo pessoas afetadas por qualquer desapropriação ou reassentamento, conforme previsto na NAS 5 e os trabalhos envolvidos no Projeto, conforme previsto na NAS 2.

O DER-ES estará em constante coordenação com os especialistas em gestão social e ambiental do Banco Mundial para garantir o cumprimento do Marco de Gestão Ambiental e Social (proteção de pessoas e do meio ambiente em Projetos de Investimento de Banco Mundial), com o qual serão acompanhados os casos, de acordo com os procedimentos acordados e contratuais.

Por meio desse mecanismo, pretende-se receber essas preocupações ou afetações e respondê-las, buscando chegar a um acordo mútuo para a resolução das reclamações, sempre buscando uma solução transparente e adequada para as partes interessadas. A existência de mecanismos como esse, como um componente integral de uma consulta mais ampla à comunidade, contribui para o

estabelecimento de relações de confiança e cooperação e facilita as ações corretivas.

6.1.PUBLICIZAÇÃO

O mecanismo de queixas será divulgado no site do DER-ES, em espaço próprio do Programa, contendo as instruções e informações para que as partes interessadas possam acessá-lo.

Os relatórios consolidados do Mecanismo de Atendimento as Queixas serão publicizadas no site do Programa. Os dados do relatório não conterão detalhes que identifiquem os demandantes ou reclamantes.

Será garantido aos reclamantes o direito ao sigilo do conteúdo da queixa, se assim for solicitado.

6.2.DESCRICÃO DO MECANISMO DE ATENDIMENTO

Qualquer pessoa pode realizar queixas e denúncias relativas ao Programa, seja relacionada com questões técnicas, administrativas, impactos sociais, culturais ou ambientais ou ainda as decisões de concessão de subvenções, ou sobre a representação da Unidade de Gerenciamento do Programa, ou a atuação das organizações executoras, violações de direitos, violência ou outro tema relativo às atividades do projeto.

O mecanismo de recebimento de queixas será divulgado no site do Programa, dentro do portal do DER-ES, contendo todas as informações, canais e instruções para que a parte interessada possa deixar sua manifestação.

As queixas, reclamações, denúncias e solicitações de reparações de danos poderão ser realizadas, a qualquer tempo, pelos canais a seguir.

Quadro 7. Canais de Recebimento de Reclamações

Mecanismo de Recebimento	Canal
Site do Programa dentro do portal do DER-ES	www.der.es.gov.br/ proativa-es

Via postal	Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n°1501 - Ilha de Santa Maria CEP: 29.051-015 - Vitória / ES
E-mail	canalbird@der.es.gov.br
Na sede do DER ES	Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n°1501 - Ilha de Santa Maria CEP: 29.051-015 - Vitória / ES
Telefone	(27) 3636 4501
Ouvidoria	https://ouvidoria.es.gov.br/ 0800 022 11 17

Canais de Comunicação nas Frentes de Obras

Além dos Canais próprios do DER criados para o Programa, serão abertos canais de comunicação direto com os afetados nas frentes de obras. Esses canais serão gerenciados pelas empresas executoras das obras com o objetivo de facilitar a resolução tempestiva de preocupações e queixas relativas aos distúrbios temporários causados pelas obras, conduta inapropriada dos trabalhadores de obras ou riscos de saúde e segurança comunitária, devida a operação inadequada de equipamentos durante as obras, entre outros. Essa prática tem sido adotada pelo ES em todos os Projetos Financiados pelo Banco e tem se mostrado efetivo, especialmente na adequação das obras, como por exemplo reconstrução de passagens de moradores, calçadas e etc. os requisitos para operação desses canais serão incluídos nos documentos de licitação das obras, e incluirão a necessidade da designação de um especialista social da contrata para gerenciamento das demandas. Esse profissional será responsável por receber e tratar as demandas e queixas recebidas, articulando com a equipe de obras e gerenciar as medidas necessárias para resolução, ou encaminhando as queixas que não puderem ser resolvidas localmente para os níveis mais altos de resolução, ou seja, UGP do Projeto e Ouvidora do DER. As empresas contratadas reportarão a ocorrência e resolução das queixas ao DER semanalmente.

Ouvidoria do DER

As pessoas afetadas pelo Projeto poderão registrar suas demandas e queixas diretamente na Ouvidoria do DER. Os canais da Ouvidoria estão disponíveis para quaisquer cidadãos do Estado do Espírito Santo e serão publicizadas em todas as comunicações no Projeto e nas frentes de obras.

Além de ser uma das portas de entrada de queixas e denúncias à Ouvidoria do DER também atuará como instância de apelação, para casos não resolvidos nos demais canais. Além disso a Ouvidoria: a) supervisionará o tratamento de todas as queixas e demandas garantindo que receberam respostas adequadas no tempo adequado; e b) facilitará a resolução de queixas de natureza mais complexa e que não podem ser resolvidas pelas empresas contratadas ou pela UGP do DER.

A ouvidoria do DER faz parte de um conjunto de Ouvidorias do Estado do Espírito Santo, coordenada pela Ouvidoria Geral do Estado. Depois de receber uma queixa ou denúncia a Ouvidoria tem o praxe de até oito dias úteis para fornecer a primeira resposta ao demandante. O período máximo de resolução da queixa é de até 60 dias. Ao registrar a sua demanda o cidadão recebe um número de protocolo e senha para poder acompanhar o andamento da resolução da queixa pela internet ou telefone (linha gratuita)

A Ouvidoria Geral do Estado provê no seu Website, atualizações sistemáticas de dados estatísticos sobre os serviços prestados.

6.2.1. Registro

Todas as ocorrências serão registradas, recebidas e acompanhadas pelo ponto focal do Programa, designado para este fim, sob responsabilidade do DER-ES. As queixas, reclamações, denúncias e demais manifestações serão registradas em instrumento próprio desenvolvido para este fim, com as respectivas informações, data de registro e encaminhamentos. Será constituída uma base de dados para consulta e gerenciamento das manifestações e encaminhamentos.

6.2.2.PRAZO DE RESPOSTA

O prazo de resposta é de quinze dias corridos, por escrito, ao autor da queixa ou denúncia, detalhando os próximos passos a serem tomados, incluindo a transferência para uma autoridade superior, quando apropriado.

O prazo máximo de resolução de demandas enviadas a Ouvidoria é de 60 dias, como descrito acima.

As demandas recebidas pelas empresas contratadas serão monitoradas semanalmente. As demandas recebidas por todos os canais disponíveis serão sistematizadas semestralmente por meio dos relatórios de Progresso enviados ao Banco Mundial.

6.3.GRUPOS VULNERÁVEIS

O Mecanismo incluirá também procedimentos especiais para registrar e responder a preocupações ou queixas relacionadas assédios (sexual, moral) e violência baseada em gênero (VGB) ou contra crianças e idosos (exploração, abuso, agressão, entre outros), sejam essas oriundas de trabalhadores e trabalhadoras do projeto ou de comunidades beneficiárias.

As denúncias e demandas relacionadas à violência baseada no gênero (VGB) ou contra crianças e idosos serão encaminhadas aos serviços de proteção social e assistência nas localidades de ocorrência. Para possibilitar este processo de encaminhamento deste tipo de reclamações, a equipe responsável manterá uma lista atualizada desses serviços.

Os responsáveis deverão garantir que a confidencialidade sobre os casos de denúncia contra violação de direitos seja estritamente protegida. Os editais de licitação e outras aquisições relativas ao Programa deverão incluir penalidades e recursos a serem adotados em casos de assédio, violência baseada em gênero, contra crianças e idosos, de acordo com a legislação nacional.

7. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

O Programa de Manutenção Proativa do Estado do Espírito Santo prevê em seu Componente 3 – Administração e gerenciamento do Projeto com a supervisão e estruturação das iniciativas de monitoramento e avaliação da execução. Dentre essas iniciativas estará a de monitorar o andamento e avaliar os resultados da implementação do PEPI.

7.1. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Com base nas informações de monitoramento e avaliação, o PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário no curso da implementação do projeto, a fim de garantir que as informações apresentadas sejam consistentes e atualizadas, e que os métodos de engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projeto e as fases específicas do desenvolvimento. Além disso, quaisquer mudanças importantes nas atividades relacionadas ao projeto e em seu cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

7.2. PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Além do monitoramento das queixas, consolidados em relatórios semestrais, o Projeto inclui indicadores de feedback de satisfação dos beneficiários com as obras realizadas pelo Projeto e também o feedback sobre as atividades de engajamento realizadas.

As partes interessadas serão ouvidas, por meio de coletas de dados primários como entrevistas, questionários, observação, entre outros. Além disso, suas manifestações formais por meio dos canais de queixas e reclamações serão consideradas para os esforços de monitoramento e avaliação do projeto.

A coordenação do Programa também coletará junto às equipes dos subcomponentes dados para avaliação constante da implementação, resultados, gestão e percepção das pessoas afetadas. Para isso, diferentes estratégias poderão

ser utilizadas, tais como uso de formulários eletrônicos, WhatsApp, e-mail e outros meios de comunicação, realização de avaliações durante e após encontros, capacitações, e outras metodologias.

7.3.INDICADORES

Os indicadores de monitoramento e avaliação do Programa serão utilizados para aferir, sistematicamente, os resultados obtidos em termos do atendimento das demandas das comunidades e as opiniões dos beneficiários diretos, incluindo a avaliação do PEPI, dentre outros fatores. Os indicadores ainda serão desenvolvidos ao longo da elaboração do Projeto. A seguir, alguns exemplos de indicadores de satisfação dos usuários em relação ao PEPI:

- ✦ Proporção de beneficiários de subcomponentes satisfeitos com a divulgação das atividades e etapas do Programa;
- ✦ Taxa de reclamações e solicitações de informações devidamente respondidas e relatadas.

Estes indicadores serão medidos e reportados semestralmente por meio de Relatórios de Progresso, incluindo dados desagregados por grupos específicos e vulneráveis.

7.4.RELATÓRIOS

Relatórios semestrais serão preparados pela equipe da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) sobre a implementação das atividades previstas no PEPI. Os relatórios conterão informações sobre as atividades de divulgação de informações e engajamento de partes interessadas, número e o teor das interlocuções realizadas por meio de todos os canais especificados neste documento.

7.4.1.APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO ÀS PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas serão mantidas informadas à medida que o Programa se desenvolve, incluindo informações sobre o desempenho social e ambiental, a implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, a operação do mecanismo de queixas e os resultados das manifestações recebidas.

Os relatórios semestrais com as informações sobre as atividades de envolvimento realizadas serão divulgados às partes interessadas e à população em geral por meio dos canais de comunicação do Programa.

